

Os laços da família: notas muito preliminares acerca dos estudos sobre família no Brasil¹

Fabiolla Emanuelle Silva Vilar²

Resumo

O objetivo principal da presente comunicação é apresentar uma breve revisão da literatura a respeito das correntes teóricas de pensamento que foram fundamentais para a constituição do campo de estudos sobre família no Brasil. Para tanto, faremos uma viagem, inicialmente, através de três correntes teóricas que tiveram grande repercussão no pensamento social brasileiro e que, de modo geral, influenciaram os estudos sobre a família. Num segundo momento, apresentaremos os marcos teóricos que possuem grande relevância na contemporaneidade. Por fim, apontaremos alguns problemas estruturantes dos estudos sobre família de forma mais localizada. Com isso, não se pretende apresentar todo o repertório intelectual desse campo de análise, mas sim apontar um panorama geral sobre as ideias disseminadas por parte dessas vertentes de pensamento, seus limites e suas principais contribuições, sem pretender, obviamente, esgotar este tema que é tão amplo.

Palavras-chave: Família; correntes teóricas; pensamento social brasileiro; contribuições.

Abstract

The main purpose of this communication is to present and discuss the theoretical currents of thought that were instrumental in the establishment of the studies on family field in Brazil. Therefore, we will travel initially through three theoretical currents that had great repercussion in Brazilian social thought and that, in general, influenced the study of the family. Secondly, we present the theoretical frameworks that have great relevance in contemporary times. Finally, we will point out some structural problems of the studies on family more localized form. Thus, it is not intended to present all the intellectual repertoire of this field of analysis, but rather point an overview of the ideas disseminated by these strands of thought, its limits and its main contributions, without intending to, obviously exhausted this topic that is so broad.

Key words: Family; theoretical perspectives; brazilian social thought; contributions.

¹ O referido trabalho foi submetido à Universidade Federal do Amazonas/UFAM como requisito para obtenção do título de Bacharelada em Ciências Sociais, teve por título “Uma representação de família no romance Dois Irmãos de Milton Hatoum” e foi orientando pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva.

² Mestranda em sociologia - UFAM, graduada em ciências sociais – UFAM. Contato: fabiollaemanuelle@gmail.com.

Introdução

O objetivo principal da presente comunicação é apresentar uma breve revisão da literatura a respeito das correntes teóricas de pensamento que foram fundamentais para a constituição do campo de estudos sobre família no Brasil. Nesse sentido, propomos realizar um passeio por alguns teóricos que, entre uma realidade e outra, encontraram nas dinâmicas familiares um campo de estudo importante e fecundo para a compreensão da sociedade. Assim sendo, apresentarei primeiramente as abordagens que, notadamente, tiveram mais representatividade em determinadas conjunturas históricas. Na sequência, explanarei a contribuição da reflexão levistraussiana para os avanços dos estudos sobre família no que tange a sua *desnaturalização*. Posteriormente, apontarei algumas das mais influentes discussões contemporâneas no âmbito do Brasil. Com isso, não se ambiciona apontar todo o repertório intelectual acerca desta temática, mas sim discutir o panorama geral acerca das principais ideias disseminadas por parte dessas vertentes de pensamento, seus limites e suas principais contribuições, sem pretender, obviamente, esgotar este tema que é tão amplo. A tarefa não é simples, pois recortar uma dimensão específica de um campo teórico implica sempre em abrir mão de outras perspectivas de igual importância.

Principais abordagens sobre família

Respectivamente, os paradigmas *arcaico*, *tradicional* e *moderno*, que serão tratados a seguir, são sugeridos e destacados por Claudia Fonseca (2003; 2004; 2012) como importantes teorias clássicas dos estudos sobre família. O resgate a esta discussão se dá pela ainda relevante influência que tais correntes teóricas exercem no pensamento social brasileiro (também no nível internacional) e nas diversas áreas do conhecimento a partir dos mais variados enfoques e abordagens.

O paradigma arcaico

O “paradigma arcaico” diz respeito à ideia de um modelo de família que teve repercussão principalmente a partir da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984) de Friedrich Engels. Conforme este autor, originalmente,

entre os romanos, a palavra *famulus* quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Posteriormente, o termo teria sido utilizado com uma abrangência maior, de modo que não se aplicava somente aos escravos, mas também a um novo organismo social romano cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o *pátrio poder* e o direito de vida e morte sobre todos eles. Embora, ao recuperar a etimologia do termo, Engels remonte uma configuração familiar romana caracteristicamente patriarcal, na mencionada obra ele se utiliza de uma abordagem com requintes evolucionista para defender a ideia de um possível “matriarcado primevo” no qual as mulheres tinham predominância social e política em relação aos homens, uma vez que nos tempos remotos da humanidade a descendência por linha materna seria a única decisiva. Tal fato pode ser inferido na medida em que a realização de matrimônio por grupos – isto é, a forma de casamento em que grupos inteiros de homens e grupos inteiros de mulheres se pertencem mutuamente – impossibilitava o homem de saber qual era sua prole.

Assim, para Engels, “em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno, e, por conseguinte, apenas se reconhece a linhagem feminina” (Engels, 1984:43). Esta seria, para este autor, uma regra universal, pois, segundo ele, se encontravam nessa circunstância todos os povos selvagens e todos os povos que se achavam na fase inferior da barbárie³.

Para Engels, a evolução da família dos tempos pré-históricos consistia na redução das possibilidades de coito entre membros de um mesmo grupo. Assim, inicialmente, partes consanguíneas tinham total liberdade para a cópula. Depois se deu a interdição entre genitores e sua prole e, posteriormente, foi proibido a irmãos. Finalmente, o homem civilizado teria excluído os demais parentes consanguíneos, passando a estabelecer relações apenas por aliança. Em síntese, sua tese buscava demonstrar que, inicialmente, existia um matriarcado, no qual o direito de herança e a descendência se davam pela linhagem feminina. Posteriormente, a posição feminina teria se enfraquecido, de modo que foi substituída pelo patriarcado, isto é, pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Conforme Engels, o desmoronamento do direito materno teria sido a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo:

³ Esta análise ainda segue a orientação determinista do evolucionismo histórico materialista que, embora tenha contribuído para a discussão, já foi em muito superada.

O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, observamo-lo na forma intermediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião (ENGELS, 1984:61).

Nessas circunstâncias surgia também a família monogâmica, uma vez que era necessário para o predomínio do poder masculino que sua paternidade fosse indiscutível, isto porque “os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai” (Engels, 1984:66). Assim, para o homem mantinha-se o direito à infidelidade conjugal, ao passo que à mulher era rigorosamente proibido já que isso comprometia a legitimidade dos herdeiros da herança.

Ao defender a exclusão progressiva das possibilidades de vínculos matrimoniais entre parentes consanguíneos, Engels atribui à família um caráter evolutivo – que tem seu ápice na união conjugal por aliança entre indivíduos que se ligam por vínculos frágeis e instáveis. O maior “erro” dessa teoria consiste no fato de buscar aplicá-la a todas as sociedades primitivas como uma fase indissociável do processo evolutivo da família, isto é, atribuir-lhe uma universalidade que de fato não existiu. Essa posição se mostra inaplicável a partir do momento em que o próprio evolucionismo social não se sustenta mais, dando espaço a análises mais localizadas e mais complexas no que diz respeito às transformações ocorridas no mundo e na multiplicidade de configurações familiares. Embora, atualmente, essa teoria não tenha mais espaço na academia – e por isso seja concebida por alguns como retrógrada e arcaica – por muito tempo ela foi considerada inovadora, de modo que influenciou diversos outros estudos e possibilitou a abertura para a discussão dessa temática de maneira mais ampla.

O paradigma patriarcal

O “paradigma arcaico” e as ideias matriarcalistas foram paulatinamente substituídos pelas conjecturas do que veio a ser o *patriarcado*, corrente defensora da família monogâmica, também conhecida como “modelo tradicional”. Ganhou repercussão e foi difundido no Brasil no início da década de 1930 por Gilberto Freyre a partir de sua obra célebre *Casa-grande & senzala* (2006). Segundo a concepção de

Freyre, a dualidade senhores/escravos (dominantes e dominados) era a matriz fundante da sociedade colonial e tal lógica se estendia também ao modo de organização social e política das demais instituições brasileiras, sendo a família patriarcal um reflexo disso. Conforme explica Teruya (2000:3-4):

O modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multifuncional.

Para a historiadora, a casa-grande “teria sido o símbolo desse tipo de organização, núcleo para onde convergia toda a vida econômica, social e política da região, de forma mais ou menos ordenada”, uma vez que “o sistema de parentesco era a forma pela qual os indivíduos se reconheciam no mundo: ser filho, parente, compadre, cabra, escravo do senhor proprietário, conferia os limites e possibilidades para cada indivíduo” (Teruya, 2000:4). Na ausência de um Estado forte (e presente), os proprietários de terras teriam tomado às rédeas do poder local, passando a assumir em muitos sentidos uma atitude paternalista com seus subordinados e com a sua rede de parentela. A família (brasileira), para Freyre, teria herdado dessa conjuntura o seu modo específico de organização social, cravada no seio da dicotomia senhor/escravo, dominantes/dominados.

O paradigma “moderno”

A teoria de Talcott Parsons é emblemática no que tange aos estudos sobre família, uma vez que suas análises foram responsáveis pela cristalização daquilo que poderíamos chamar de modelo *moderno*⁴ de família e pela expansão da noção de “família nuclear”, tendo influência em praticamente todos os campos das ciências humanas e em vários setores da sociedade. Para pensar e analisar a família, Parsons aplicou o mesmo método analítico que utilizava em suas demais pesquisas. A este respeito, Hita (2005:116) observa que a teoria de Parsons “destaca-se pelo notável esforço de edificar a sociologia sobre um modelo lógico, integrado e coerente,

⁴ O termo *moderno* é utilizado não para fazer referência ao momento específico da história que rompe com a forma de organização e com estilo de vida tradicional anterior, mas sim para marcar e diferenciar esta teoria sobre família daquelas apontadas anteriormente.

oferecendo um quadro conceptual largo e detalhado, de elevado nível de generalidade e abstração”. Segundo Hita (2005:117), no esforço de confirmar a generalidade de seu método sociológico, “Parsons obrigou-se a encontrar sempre e em toda parte o mesmo modelo analítico, i. e., as quatro mesmas funções (conhecidas como a sigla AGIL⁵)”, que, para ele, estava presente em todo sistema de ação.

Tendo como ponto de partida a teoria sistemática da ação social e a classe média urbana norte-americana dos anos 50, Parsons passa a conceber a família como um subsistema da sociedade que é responsável por duas funções básicas: (1) a socialização das crianças e (2) a estabilização das personalidades dos adultos, isto é, para ele a família funcionaria como um instrumento que, se bem conduzida, seria capaz de garantir o bom andamento da sociedade e sua coesão. Aproximando-se da perspectiva evolucionista e linear – de modo muito semelhante ao que fez Engels – defendia que a família nuclear burguesa era:

O modelo mais amadurecido de família para o qual outros modelos tidos como menos desenvolvidos tenderiam a caminhar, como se a diversidade de modelos familiares apresentados ao longo da história e de distintas culturas pudessem ser classificados como sendo moralmente inferiores, culturalmente menos civilizados e menos sadios (HITA, 2005:121).

Desse modo, Parsons foi o propulsor da institucionalização, afirmação e consagração da “família nuclear moderna” (materializado no casal monogâmico e seus filhos) como modelo ideal a ser perseguido por todas as demais sociedades. Baseado nisso, Parsons considerava que, para o bom funcionamento da sociedade, a estabilidade familiar deveria ser perseguida e cultivada.

Buscando legitimar essa teoria, Parsons tentou aperfeiçoar a psicanálise de Freud, dando a ela uma dimensão cultural. Nesse sentido, Hita argumenta:

Para Parsons, a criança progride daquilo que chama sistema de solidariedade centrado na mãe para um sistema centrado na família (pelo complexo de Édipo), superando a dependência, esperada culturalmente, da mãe, o que denomina como o primeiro estágio de integração à sociedade. Parsons confunde identificação com imitação consciente. Sua análise da socialização pode ser resumida na proposição de que as meninas aprendem a se tornar mulheres imitando suas mães e os meninos homens imitando seus pais. Para ele os homens têm mais dificuldade em crescer porque se identificam primeiro com a mãe, tendo posteriormente que aprender a renunciar a seu

⁵ Conforme Hita (2005), o esquema AGIL, segundo o modelo de hierarquia cibernética de Parsons, correspondia, em ordem crescente de importância: 1. Adaptação (A), correspondente ao sistema do organismo biológico; 2. Consecução de metas (G), correspondente ao sistema da personalidade; 3. Integração (I), referente ao sistema social; e 4) Latência (L), associada ao sistema cultural.

papel, o que será alcançado através de um período de *masculinidade compulsiva* ou *insubordinação rotineira* (HITA, 2005:124).

Hita aponta ainda outras proposições de Parsons que sustentavam que “os pais fazem o melhor pelos filhos quando procuram conscientemente reduzir a intensidade emocional da vida familiar”. O ideal seria que se garantisse aos filhos uma segurança emocional sem cobranças nos primeiros anos de vida; da mesma forma, na juventude dos filhos, dever-se-ia empregar o mínimo de cobranças para que, por fim, lhes fosse dado um alto grau de liberdade.

Outra consideração desta autora diz respeito aos papéis sexuais na família nuclear parsoniana. Segundo ela, o autor considerava que os papéis sexuais são mecanismos através dos quais as pessoas são integradas em sistemas. Em outras palavras, o papel que um indivíduo desempenha é um modelo pré-definido que permite que o homem desempenhe funções institucionalizadas pelo seu meio social, de modo a garantir sua integração na sociedade. Nesse sentido, a perspectiva de Parsons concebia que os papéis sexuais no interior da família nuclear moderna se dividiam em: a) instrumental (homem, provedor) e b) expressivo (mulher, sustento emocional). Essa perspectiva, que até hoje está arraigada no senso comum, consolidou e legitimou em outro nível a associação entre sexo e gênero, atribuindo ao “homem adulto a atuação como líder instrumental e à mulher a atuação como administradora de tensões e terapeuta-chefe”, e acarretou certa essencialização de “relações que em princípio não eram concebidas como tais neste modelo” (Hita, 2005:127-128). Não que anteriormente aos estudos de Parsons essa concepção inexistisse, mas sim que a grande repercussão de sua teoria ajudou em muito a consolidar esse pensamento de forma mais uniforme e com todo o peso da “veracidade científica”. Sendo assim, ainda hoje é muito comum se ouvir indagações que apontam a família nuclear como natural e mais adequada para o bem-estar da sociedade, tanto no âmbito acadêmico quanto nas demais instâncias da sociedade.

Desnaturalizando a família

As estruturas elementares do parentesco (1976) é um divisor de águas que marca o despertar dos estudos sobre família nas ciências sociais, principalmente no que diz respeito à sociologia e à antropologia. A partir das discussões levantadas nesta obra, Lévi-Strauss consegue deslocar a discussão sobre família do plano biológico e colocá-la

definitivamente no terreno da cultura.

Ao problematizar a relação entre natureza e cultura Lévi-Strauss chega à conclusão de que a universalidade da proibição do incesto é um princípio da organização social e não uma condição biológica, uma vez que as proibições sexuais entre indivíduos de um mesmo grupo também significam a possibilidade de estabelecer alianças com grupos externos:

O que diferencia verdadeiramente o mundo humano do mundo animal é que na humanidade uma família não poderia existir sem existir a sociedade, isto é, uma pluralidade de famílias dispostas a reconhecer que existem outros laços para além dos consanguíneos e que o processo natural de descendência só pode levar-se a cabo através do processo social da afinidade (LÉVI-STRAUSS, 1980:34).

Para ele, a constituição dessa aliança com o “outro” seria a própria condição da existência da família e da sociedade.

Em *O olhar distanciado* (1986), Lévi-Strauss também faz algumas ponderações sobre a família. Segundo ele, durante aproximadamente um século acreditou-se que a família, tal como se observa nas sociedades modernas, era um fenômeno relativamente recente, um produto de uma longa e lenta evolução. Mais tarde, afirmava-se o oposto disso: que a família, baseada na união de dois indivíduos de sexos diferentes que fundam um lar, procriam e educam os seus filhos, era um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedades. Para Lévi-Strauss, estas posições extremas pecam pelo simplismo, pois é inadequado abordar o estudo da família com um espírito dogmático, pois a cada instante o objeto que se pensava entender oculta-se. Neste sentido, o autor argumenta:

Nada seria, pois, mais falso do que reduzir a família a sua base natural. Nem o instinto de procriação, nem o instinto maternal, nem os laços afetivos entre marido e mulher e entre pai e filhos, nem a combinação de todos estes fatores o explicam. Por muito importantes que eles sejam, estes elementos não poderiam, por si sós, dar nascimento a uma família, e isto por uma razão muito simples: em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias, prontas a fornecer, uma, um homem, outra, uma mulher, de cujo casamento nascera uma terceira família, e assim indefinidamente. Por outras palavras, o que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade – pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos da consanguinidade – e que o processo natural da filiação não pode seguir seu curso senão integrado no processo social da aliança (LÉVI-STRAUSS, 1986:88).

Na perspectiva defendida por este antropólogo, a condição básica para existência

de uma família não está pautada em razões naturais (biológicas), pois uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade, isto é, uma “pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos da consanguinidade”, ou seja, a família só existe mediante o processo social da aliança. Assim sendo, o mérito de Lévi-Strauss no que tange a essa temática consiste, entre outras coisas, no fato de propor uma desnaturalização da família e, portanto, de um modelo universal. Conforme aponta Sarti (2005:5), devemos “a Lévi-Strauss um olhar sobre a família sob um ângulo que permite vê-la para além de suas próprias fronteiras biológicas e diante deste definitivo passo adiante, o da desnaturalização da família, qualquer hesitação configura um retrocesso”.

Abordagem contemporânea

Conforme foram avançando as pesquisas sobre a família, ficou clara a relevância limitada daqueles modelos teóricos (arcaico, tradicional e moderno) que, apesar de sua importância histórica e de sua contribuição, já não conseguem mais dar conta da complexidade inerente à noção de família, uma vez que a análise dessas vertentes teóricas clássicas se fundamenta numa perspectiva linear da história. Essas teorias estão longe de responder as questões que têm surgido na atualidade. Entretanto, talvez devido a forte influência que ainda possuem (principalmente os paradigmas tradicional e moderno), é comum ainda hoje encontrarmos, no âmbito da academia, trabalhos que se baseiam literalmente nos postulados dessas vertentes teóricas, de modo que se usa bastante o termo *família desestruturada* para designar aqueles que não seguem o *padrão* tido como hegemônico e “sadio”. É comum também apresentar respostas monocausais a circunstâncias que muitas vezes não se resumem ao cumprimento de um perfil concebido como mais adequado. Se estas concepções clássicas ainda são fortemente enraizadas na academia, o que se pode dizer das demais instâncias da sociedade?

É verdade que a discussão de Lévi-Strauss para a desnaturalização da família foi fundamental para o “despertar” dos estudos sobre essa temática e para a constituição de um novo “olhar” acerca da questão. Todavia, as pesquisas realizadas entre os anos 80 e 90, principalmente nos âmbitos da sociologia e da antropologia, foram imprescindíveis para a construção de bases mais sólidas para se pensar a família hoje. Esses estudos

seguiram no sentido de desmistificar as concepções acima citadas, buscando construir uma abordagem reflexiva que não se apoia em paradigmas prontamente estabelecidos, pois estes levam à cristalização de conceitos e à formulação de receitas que ditam como deve ser a organização familiar. Longe disso, a literatura atual tem demonstrado que a noção de família não apresenta uma definição conceitual fechada e, por isso, “é impossível caracterizar a família contemporânea por um conjunto coerente de termos descritivos” (Fonseca, 2002:4). Conforme acertadamente explica Bilac (1995), o termo família tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si do ponto de vista de sua estrutura e funções:

A variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer *conceito geral* de família. Ao mesmo tempo, a generalização do termo “família”, para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social (BILAC, 1995:31).

Essa concepção ampla que tem orientado os estudos sobre família fez com que se adotassem categorias e metodologias diversas para a análise do tema, de modo a adequar as pesquisas a cada tipo de organização familiar que se quer investigar. Isto ocorre, sobretudo, porque existem especificidades e distinções no que tange aos modos de vida próprios de cada grupo familiar – no que diz respeito à questão econômica, social, cultural, etc. Não é mais cabível que se analise um grupo familiar específico e se generalize os dados obtidos aos demais arranjos existentes. É preciso localizar o contexto no qual se encontra cada grupo social para então estabelecer as relações pertinentes, tanto em estudos sobre família, quanto nos demais temas que nos propomos a pesquisar.

A radicalização, a partir da década de 80, dos estudos sobre família no Brasil foi tão grande que, mesmo aquelas pesquisas que partiam de recortes analíticos específicos (como renda, cultura e espaço geográfico), não possuíam uma uniformidade em suas categorias e conceitos. Em relação a isso é possível apontar diversas obras que são reflexo dessa heterogeneidade que marca o pensamento científico sobre o tema.

A seguir apresento algumas breves considerações a respeito de três importantes estudos realizados no âmbito do Brasil que, embora partam de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, coincidem quanto à ideia de que os diversos grupos da sociedade compartilham formas de organização social distintas, de modo que precisam

ser analisados em suas especificidades.

Elisabete Dória Bilac, na obra *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência* (1978), desenvolve um estudo sociológico a partir da realidade urbana paulista da segunda metade da década de 70, enfocando a relação entre a vida familiar e o mercado de trabalho. Nesse estudo, o mérito de Bilac consiste, entre outras coisas, no fato de defender que diferentes grupos sociais apresentam formas distintas de organização familiar.

A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres (1996), de Cynthia Andersen Sarti, é outra obra emblemática. A partir de pesquisas realizadas no final da década de 70 na periferia urbana de São Paulo, esta autora discutiu fatores como a moralidade e os valores de grupos familiares de baixa renda. Nesse sentido, este estudo escapa a uma abordagem especificamente economicista e abre caminho para uma discussão que contempla as dimensões simbólicas e processuais da vida familiar.

Sobre esta obra é importante mencionar ainda que apesar de Sarti empregar a categoria *pobre* como termo metodológico de análise, ela reconhece que há uma recorrência na produção acadêmica de se pensar os pobres como *os outros*, o que não é adequado, uma vez que esse grupo – e nenhum outro – possui autonomia em relação ao aparato social, pois são sempre interdependentes. Mesmo que as diferenças econômicas e as desigualdades sociais influenciem na dinâmica desses grupos, esses não são os únicos fatores “condicionantes” de seu modo de vida. Sendo assim, os estudos sobre família têm se inclinado a evitar o determinismo econômico como categoria exclusiva de análise. Sarti esclarece que:

A construção de identidades sociais se faz por contrastes e oposições, as autodefinições envolvem reiteradamente a elaboração de imagens dos *outros* que sirvam como parâmetros negativos ou positivos necessários a definição do que somos *nós*. Particularmente algumas representações sociais dos pobres como os “outros” (eles), reafirmadas pela produção acadêmica mais ou menos recente, trazem questões para a discussão da família entre os pobres urbanos (SARTI, 1995:131).

Claudia Fonseca, por sua vez, ganhou notoriedade a partir da obra *Caminhos da adoção* (1995), derivada de uma pesquisa de campo realizada em bairros populares de Porto Alegre entre os anos de 1985-89. O foco central de sua abordagem reside na noção de *circulação de crianças*, “uma prática familiar, velha de muitas gerações, em que crianças transitam entre casas de avós, madrinhas, vizinhas e pais verdadeiros”

(Fonseca, 1995:9). A partir dessa categoria, Fonseca conseguiu desconstruir e desmistificar estereótipos simplistas sobre a desagregação familiar, uma vez que sua etnografia mostrou que a *circulação de crianças* está relacionada com uma forma alternativa de se organizar e com a formação de redes sociais em função da sobrevivência da criança, de modo a contribuir para o fortalecimento dos laços familiares (consanguíneos ou de afinidade). Nestes termos, a criança aparece como um elemento de *dádiva* – à la Marcel Mauss (2003) – pois, se por um lado se formam redes em função da sobrevivência da criança, por outro as crianças também podem ser usadas como elemento de troca para consolidar certas redes já existentes. Quando uma mãe entrega um filho a uma família, sacrifica suas prerrogativas de mãe em benefício destes, presenteiam os pais *adotivos* com a presença da criança e, em consequência, se forjam laços e redes de ajuda mútua. Em relação a isso Fonseca destaca que existe uma generalidade na aceitação da circulação de crianças, de modo que as mães não são estigmatizadas como cruéis ou desnaturadas por colocarem sua prole em lares adotivos.

Outro ponto importante discutido por Fonseca diz respeito a grande dificuldade de consolidação da *família nuclear* em grupos populares, uma vez que as mães dessa classe raramente têm o luxo de se dedicarem inteiramente aos filhos e os homens, muitas vezes, não ganham suficiente ou simplesmente não querem ajudar nas despesas da casa, de modo que há constantes rearranjos conjugais. Com isso, Fonseca busca levantar maneiras menos moralistas de se pensar a família, ao passo que rebate a ideia de homogeneidade da família nuclear. Para ela, este tipo de arranjo não está ao alcance de todos. Sobre isso, a autora aponta que muitas vezes os pobres, além de desfavorecidos em termos econômicos, são discriminados simbolicamente; sendo assim, é comum encontrar, inclusive em pesquisas científicas, rótulos diferentes atribuídos a arranjos familiares semelhantes, mudando apenas a classe social do grupo pesquisado (Fonseca, 2004:55-68). Nesse sentido, ela explica ainda que pesquisadores parecem aceitar com relativa facilidade aplicar novos parâmetros da “família pós-moderna” quando tratam, nos seus dados, de camadas abastadas. Falam, então, de “produção independente”, “descasamento”, “família de escolha”, etc. No entanto, famílias de grupos populares da sociedade devem em geral se contentar com rótulos mais antigos que, na maioria dos casos, carregam conotações pejorativas e estereotipantes: “mães solteiras”, “famílias desestruturadas”, “filhos abandonados” e assim por diante. Como

podemos observar no quadro abaixo, elaborado e discutido por Fonseca (2005:57):

Ricos	Grupos Populares
“Escolhem” sua família	“Submetem-se” à biologia
Maternidade assistida	Controle de natalidade
Produção independente	Mãe solteira
Família recomposta (divórcio e recasamento)	Família desestruturada

Conforme explica esta antropóloga, “a família tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto significa coisas diferentes dependendo da categoria social” (Fonseca, 2005:51). Entre a “elite” prevalece a família como linhagem, pessoas orgulhosas de seu patrimônio, que mantêm entre elas um espírito corporativista. As camadas médias, por sua vez, “abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade”. Já os grupos populares “o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (Fonseca, 2005:51-52).

Diante disso, a autora sugere procurar alguns conceitos analíticos que sirvam para pensar os dois casos. E explica que isso não implica no achatamento da diversidade, mas serve, antes, para resistir à tentação de erguer um tipo familiar em modelo, avaliando todos os outros em função dele. Sugere, enfim, que existem conceitos mais ágeis do que “a família” para explorar as diversas formas familiares típicas da época atual.

Ainda fazendo um paralelo a respeito da organização familiar dos diversos grupos populacionais, Fonseca ressalta que nas famílias brancas de classe média americana há uma ideologia altamente individualista na qual:

[...] os parentes são tidos como amigos, de forma a eliminar os que não respeitam as regras da amizade, assim os indivíduos com muitos problemas são afastados da convivência familiar, tal como uma perna gangrenada é cortada para manter a saúde do corpo (FONSECA, 2005:52).

Esse tipo de arranjo familiar permite, conforme argumenta a autora, que o filho perdulário seja deserdado, que o sobrinho doente seja esquecido e que a avó com problemas de senilidade seja asilada em uma instituição. Esse tipo de organização permite que a família seja a unidade linear (pais e filhos) e evita os riscos de dissipação dos recursos. Nesse tipo de arranjo, tudo é investido nos filhos, na sua educação, na sua

carreira. Por outro lado, as famílias pobres (e negras) norte-americanas “vivem em condições de grande precariedade econômica, só conseguem sobreviver porque criam extensas redes de ajuda mútua. Tornam-se membros pertinentes dessa rede familiar não somente pais, mas irmãos, tios, primos, ex-sogros, compadres e até amigos” (Fonseca, 2005:51-52). Para Fonseca, no Brasil a situação é bastante semelhante. Nas camadas médias, as famílias tenderiam a cortar os elementos estranhos e potencialmente perturbadores. Com isto, reduzem a família ao número mínimo de indivíduos; já nas famílias pobres é recorrente o fato de elas “sacrificarem” seus projetos individuais ou seu núcleo familiar para salvar indivíduos problemáticos da rede extensa de parentes. Nesse sentido, a autora ressalta um ponto importante para pensar a família: a distinção entre família e unidade doméstica⁶. A análise da família a partir da moradia oferece uma visão parcial da realidade, pois a dinâmica familiar extrapola em muito a casa. A dimensão temporal da família é outro ponto discutido por Fonseca. Segundo ela, “as relações familiares, sendo relativamente duradouras, seguem uma lógica que se estende no tempo através de diversas gerações e através de muitos anos, isto é, as diferentes etapas de uma troca ‘mútua’ nem sempre ocorrem no imediato” (Fonseca, 2005:53), nem seguem um padrão específico e determinado.

Em síntese, Fonseca (2010) explica que os estudos sobre família – seja a respeito da classe média ou de grupos populares – apontam para duas funções básicas: uma simbólica, já que falar de família equivale a um conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido; e outra política, pois a noção de família ligada à organização cotidiana desempenha um papel pragmático na formulação de políticas públicas. É por isso que, mais do que nunca, é preciso uma linguagem em comum para falar do conjunto de valores e práticas familiares sem cair no erro do passado de medir todas as coisas por meio de um único modelo familiar.

Lacunas teóricas

Embora esse arcabouço teórico em muito contribua para o pensamento sobre a família na atualidade, ele por si só não é capaz de esgotar o assunto. Nesse sentido,

⁶ Conforme argumenta Fonseca (2005:53) os censos do IBGE trabalham com a unidade doméstica e, portanto, definem vida familiar a partir da moradia. Para ela, tal perspectiva é limitada, pois não leva em consideração que a dinâmica das relações familiares em geral extrapola em muito “a casa”, uma vez que “atividades do dia-a-dia envolvem uma rede que se estende no espaço para outras casas e até mesmo para outros bairros”, sendo difícil definir exatamente quais são os limites da própria unidade doméstica.

muitos pesquisadores têm se debruçado sobre os estudos de família no Brasil, de modo que há uma vasta literatura a esse respeito. Entretanto, a análise sobre o tema não ocorreu de maneira uniforme em todo o país, de modo que, em geral, os estudos sobre família no Brasil concentram-se, principalmente, na região sul, sudeste e nordeste do país. Por outro lado, na região norte tais estudos ainda são incipientes e invariavelmente genéricos, de forma que abordam a família sempre de maneira secundária e com o intuito de responder às mais diversas questões – poucas são as exceções encontradas. Com isso, é comum encontrarmos nas pesquisas as dicotomias: educação/família, saúde/família, violência/família, trabalho/família, mulher/família, criança/família, etc., sendo poucas as pesquisas que se propõem a pensar as especificidades e as dinâmicas próprias das famílias nesta região.

Ainda que a teoria disponível sobre o tema possa ser relativizada, a variabilidade histórica, as especificidades sociais, culturais, étnicas e geográficas desta região demandam um “olhar” especial acerca das particularidades deste cenário, tendo em vista que nesse âmbito as famílias são constituídas a partir de arranjos complexos, derivados da própria condição multiétnica da sociedade amazônica e das peculiaridades históricas e sociais que marcam o processo de formação dessa região.

Tendo em vista esse panorama, e compreendendo a família como uma noção processual, dinâmica, social e cultural que se modifica geográfica e historicamente (Brito, 2013), salientamos a emergência de se pensar as famílias a partir das especificidades e particularidades históricas e conjecturais em seus respectivos contextos, levando em consideração a necessidade de construir outros discursos a respeito das famílias nas regiões que se constituem em espaços socioculturais distintos daqueles alçados pela teoria em epígrafe. Cada vez mais é preciso compreender que os diferentes grupos sociais vivem e apreendem o mundo de maneiras distintas, não seguindo uma lógica geral.

Referências bibliográficas

- BILAC, Elisabete Dória. 1995. *Família: algumas inquietações*. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- CARVALHO, M. C. B. (org.). 2000. *A família contemporânea em debate*. In: ROMANELLI, Geraldo. *Autoridade e poder na família*. São Paulo: EDUC/Cortez.

ENGELS, Friedrich. 1984. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9ª ed. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro.

FONSECA, Claudia. 1987. *Aliados e inimigos em família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense*. Revista Brasileira de Ciências Sociais.

FONSECA, Claudia. 1995. *Caminhos da adoção*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

FONSECA, Claudia. 2003 *De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia*. Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis), Florianópolis.

FONSECA, Claudia. 2004. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke. (Org.). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-livro Editora.

FONSECA, Claudia. 2010. *Família e parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea*. In: Martins, C.C. & Duas Duarte, L. F. *Horizontes da Ciências Sociais No Brasil: Antropologia*. Rio de Janeiro: Anpocs/Contra Capa.

FONSECA, Claudia. 2012. Introdução a Direito e Família. In: Antonio Carlos de Souza Lima. (Org.). *Antropologia & Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos*. 1ed. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED/ABA.

FREYRE, Gilberto. 2006. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global.

HITA, Maria Gabriela. 2005. *A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos*. Revista Antropológicas, PPGA-UFPE, v. 16, n.1.

LÉVI-STRAUSS, Claude 1980. *A família*. In SPIRO, Melford et al.: *A família: origem e evolução*, pp. 7-45. Porto Alegre: Editorial Villa Martha. [publicado originalmente em SHAPIRO, Harry L. (ed.). *Man, Culture and Society*. Oxford University Press].

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. *As estruturas elementares do parentesco*. Vozes São Paulo.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. 2012. *Uma Mãe Leva a Outra (?) : Práticas informais (mas nem tanto) de “circulação de crianças” na Amazônia*. Scripta Nova (Barcelona). XVI.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. 2004. *Na casa da mãe/na casa do pai: anotações (de uma antropóloga & avó) em torno da circulação de crianças*. Revista de Antropologia (São Paulo), São Paulo.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica; et al. 2009. *De Casa em Casa, de Rua em Rua... Na cidade: circulação de crianças, hierarquias e espaços sociais*. Antropolítica (UFF).

SALEM, Tania. 1989. *O casal igualitário: princípios e impasses*. Revista Brasileira de Ciências Sociais.

SAMPAIO, Patrícia. 2014. *Floresta Negra: A experiência e os impactos da escravidão africana na Região Amazônica*. Carta Fundamental, São Paulo.

SARTI, Cynthia. 1992. *Contribuições da Antropologia para o Estudo da Família*. In: Psicologia USP, S. Paulo.

SARTI, Cynthia. 1995. *O valor da família para os pobres*. Contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

SARTI, Cynthia. 2003. *A Família como Espelho: Um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. São Paulo, Cortez.

SARTI, Cynthia. 2005, 'Deixarás pai e mãe': notas sobre Lévi-Strauss e a família. Revistas Antropológicas, ano 9.

TERUYA, Marisa Tayra. 2000. *A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas*. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2000, Caxambú/MG. Brasil, 500 anos: Mudanças e Continuidades.

TORRES, Anália Maria Cardoso. 2010. *Sociologia da Família Teorias e Debates*. (Relatório) Lisboa.

VASCONCELLOS. Karina de Mendonça. 2013. *A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos*. Tese (Doutorado), UNB, Brasil.